

Título do capítulo INTRODUÇÃO

Autores (as) George F. Patrick

DOI

Título do livro Estudos sobre uma região agrícola: Zona da
Mata de Minas Gerais

Organizadores (as) Euter Paniago... [et al.].

Volume 2

Série (Monografia; 11)

Cidade

Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano 1973

Edição 1ª

ISBN

DOI

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1973

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

A Zona da Mata de Minas Gerais, assim como algumas áreas dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, constitui-se numa região de crescimento econômico retardado. Embora localizada no eixo industrial São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, a região continua a depender substancialmente da agricultura, a despeito de não apresentar condições naturais relativamente favoráveis ao desenvolvimento agrícola. A região está incluída entre as áreas prioritárias de reforma agrária em virtude da predominância de minifúndios — em 1967, cerca de 80% dos imóveis rurais tinham menos de 50 hectares. Tradicional produtora de café, a Zona da Mata teve os seus problemas de renda e emprego agravados pela erradicação de cafezais na década de 60 e pelo fato de não ter conseguido desenvolver atividades substitutas que pudessem empregar a mão-de-obra liberada pela cafeicultura. Atualmente, a Zona da Mata é uma região em depressão econômica, com problemas em seu setor agrícola que se traduzem não só pelo excesso de mão-de-obra, evidenciado pela emigração, mas também por uma elevada relação homem/terra, pelos rendimentos por área que se têm mantido praticamente

constantes nos últimos anos e pelo uso de técnicas de produção relativamente tradicionais.

O setor industrial, não obstante esteja crescendo, apresenta uma capacidade ociosa substancial e está sobretudo voltado para indústrias tradicionais como de alimentos, têxtil e de madeiras, e não tem conseguido absorver o excedente da mão-de-obra agrícola.

Os estudos incluídos neste volume resultaram da terceira fase do convênio celebrado entre o Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). Com base nos dados e resultados das fases anteriores do convênio, os estudos se concentraram em aspectos particulares da economia da Zona da Mata e tentam apontar algumas medidas de política econômica relacionadas com o desenvolvimento econômico da região. O setor agrícola recebeu grande ênfase, uma vez que a agricultura continua a ser a principal atividade do quadro econômico regional.

O primeiro estudo, de autoria de Euter Paniago e Miguel Ribon, procura resumir e analisar estudos anteriores sobre estacionalidade de preços agropecuários, margens de comercialização, mercado atacadista de frutas, comercialização de insumos agrícolas e comércio madeireiro da Zona da Mata.

A análise da variação estacional de preços, como era de se esperar, mostrou que, em geral, os produtos com períodos de colheita bem definidos, apresentavam maior variação sazonal em relação àqueles sem períodos definidos de colheita. Foram constatadas diferenças nas margens de comercialização de um mesmo produto para diferentes mercados e de produtos diferentes, decorrentes, ao que parece, dos serviços desempenhados pelos intermediários. Com referência ao mercado atacadista de frutas, verificou-se que este se mostrava pouco desenvolvido quanto à classificação, padronização, armazenamento e embalagem, esta última causando perdas no transporte. Constatou-se uma importação de frutas cítricas de outras regiões para a Zona da Mata, enquanto a manga e o abacate eram exportados para os Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Na maioria das vezes os atacadistas menores vendiam diretamente aos consumidores, exercendo assim as funções de varejistas.

Em grande parte, os insumos agropecuários provinham de fora da Zona da Mata, através de diferentes canais de

comercialização. Todavia, em mais da metade dos municípios, os agricultores não podiam obter os insumos na sede do município. A margem de comercialização para os vários insumos agrícolas variava de 10 a 24%, sendo em média 16% para as cooperativas e 20% para as firmas particulares.

Como acontece com as frutas, a Zona da Mata funciona como exportadora e importadora de material madeireiro, havendo, contudo, maior volume de importação do que de exportação. Os autores concluem que há estímulo para a expansão da indústria de serraria que proporcionaria oportunidades para os empresários rurais.

No final do estudo, é formulada uma série de sugestões e recomendações para melhorar a comercialização agrícola da região.

O segundo estudo, de autoria de Sebastião Moreira Ferreira da Silva e outros, analisa as possibilidades de utilização de incentivos fiscais no reflorestamento da região. Os autores mostram que o reflorestamento é uma atividade econômica com bastante potencial na Zona da Mata; todavia, somente 15,8% dos incentivos fiscais da região foram aplicados no reflorestamento em 1969. Com base em entrevistas de uma amostra de 60 pessoas jurídicas ou "investidores", os autores constataram que se está deduzindo o máximo dos incentivos permitidos e investindo quase 80% deste total através da SUDENE. A captação de incentivos pela SUDENE se deve, em grande parte, à divulgação das possibilidades e à ação dos corretores. Não obstante, os investidores se mostram bastante interessados na aplicação de seus recursos em reflorestamento, principalmente devido às possibilidades de aplicação na própria região e de se manter um maior controle dos investimentos, o que leva os autores a crer que a percentagem alcançará valores mais elevados nos próximos anos.

Os autores também entrevistaram 91 agricultores e constataram que a grande maioria, 86% dos incluídos na amostra, vê vantagens na produção de madeira, tanto para uso próprio e como fonte de renda, como para valorização da propriedade. Entretanto, o reflorestamento tem sido pouco praticado devido à falta de financiamento em condições desfavoráveis, quando se considera o prazo de carência, a amortização e a taxa de juros.

Em vista do interesse mútuo em reflorestamento, foram analisadas possibilidades de associação entre investidores e

agricultores. Assim, 83% dos investidores e 98% dos agricultores estão interessados na criação de um fundo para reflorestamento, onde os investidores depositariam os recursos dos incentivos fiscais para serem utilizados sob a forma de empréstimos aos agricultores para o reflorestamento. Embora existam divergências entre os agricultores e investidores sobre as condições de tal empréstimo, os autores concluíram que há várias formas de associação possíveis, e fazem sugestões envolvendo medidas de política econômica que tornariam essa associação possível.

O terceiro estudo, de autoria de Antônio Raphael Teixeira Filho, utilizou uma amostra de 100 firmas nas indústrias alimentícias, têxteis e de madeira para estudar o setor industrial e ajustar uma função de produção. O levantamento mostrou que a maioria das firmas que empregavam mais de 50 trabalhadores foi instalada antes de 1948 e que 50% das pequenas firmas (de 5 a 50 trabalhadores) não chegavam a utilizar 60% de sua capacidade instalada. As indústrias, com exceção das alimentícias, procuravam sua matéria-prima em áreas fora da Zona da Mata e todas vendiam a maioria de sua produção em outras regiões do País. Somente as firmas da indústria de madeira tiveram um aumento de mais de 15% em sua renda bruta real, no período de 1966 a 1969.

O capital e a mão-de-obra, incluídos como variáveis independentes na estimação de uma função de produção de forma potencial, explicaram 42% da variação do valor da produção e seus coeficientes somavam 0,88. Quando a função foi ajustada, pressupondo retornos à escala constantes, a proporção da variação explicada caiu muito, levando o autor a conduzir a análise com o modelo de retornos à escala decrescentes. Chegou-se à conclusão de que aumentos de 10% na quantidade de capital e de mão-de-obra aumentariam a produção em 4,9 e 3,8%, respectivamente, e que ambos os insumos estavam sendo utilizados abaixo dos níveis ótimos.

Com base em dados do levantamento e de fontes secundárias, o autor fez uma análise temporal do comportamento do setor. Observou que a produção estava crescendo a 5,61% ao ano, a mão-de-obra a 2,84% e o capital a 7,35%. O setor industrial estava absorvendo mão-de-obra a uma taxa mais elevada do que a do crescimento líquido da população, embora não estivesse absorvendo a mão-de-obra liberada pelo setor agrícola. Aproximadamente 16% do aumento da produção foram de-

vidos a mudanças tecnológicas e, a longo prazo, a parcela da produção atribuída à mão-de-obra tendeu a crescer. O autor encerra o estudo com várias sugestões de política econômica e uma discussão das limitações dos dados e do método de análise.

Ainda que não cheguem a soluções concretas para os problemas da Zona da Mata ou mesmo proponham um plano de desenvolvimento regional, estes estudos contribuem de maneira valiosa para o conhecimento objetivo da região, que seria de grande auxílio para um planejamento econômico futuro. Como é comum ocorrer em pesquisas, muitas questões ficaram em aberto, assim como outras, de importância, foram apontadas. O Departamento de Economia Rural continua estudando os problemas da região, particularmente os levantados por esses estudos.

A Comissão usou de certa liberdade na preparação dos trabalhos para publicação. Embora, em sua maioria, as modificações tenham sido de menor importância, foram necessárias algumas alterações mais substanciais a fim de manter a coerência entre os três estudos. A contribuição prestada, nessa fase, por João Bosco E. Monnerat e Euter Paniago foi inestimável. Não foi possível consultar alguns dos autores sobre determinadas modificações realizadas no texto. Tais alterações, entretanto, foram introduzidas para tornar certas passagens mais claras, sem modificar, contudo, a linha de raciocínio e as conclusões dos autores.

George F. Patrick